



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 137

18 a 22 de março de 2024



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquivo ALEP



SEMANA DE DISCUSSÃO DE PROJETOS IMPORTANTES NA CÂMARA

DEPRECIÇÃO ACELERADA

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o PL 2/2024 que oferece **incentivo fiscal na depreciação de máquinas e equipamentos novos incorporados ao ativo de empresas de setores a serem definidos por decreto do governo** segue para o Senado. Proposto pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei foi encaminhado ao plenário forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Márcio Honaiser (PDT-MA).

Conhecida como depreciação acelerada, essa vantagem contábil proporciona um benefício financeiro nos primeiros anos, ao permitir o reconhecimento da despesa de depreciação em um período menor, reduzindo assim a base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos estágios iniciais.

A ideia do projeto é estimular a renovação de todos os equipamentos e maquinários da indústria brasileira, segundo representantes do governo. O texto contribuirá para elevar a produtividade do setor industrial e, por conseguinte, promoverá o aumento dos salários, a ampliação da demanda, a geração de empregos e o crescimento do consumo das famílias.

Imagem: Maquinário agrícola:



Fonte: Imagens públicas.

PLENÁRIO DA CÂMARA APROVA O PATEN

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (20/03) a votação do projeto de lei 327/21, que institui o **Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten)**, para incentivar projetos de desenvolvimento sustentável com recursos de créditos de empresas perante a União. O PL 5174/23, apensado, é de autoria do presidente da Frencoop, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), e foi usado como parâmetro para a aprovação do Paten. Aprovada na Câmara, a proposta será enviada ao Senado.

De acordo com o substitutivo apresentado pela relatoria, as empresas com projeto aprovado no programa também poderão fazer uma negociação de suas dívidas de tributos federais por meio da transação, sistemática criada para conceder descontos e parcelamento de créditos de difícil recuperação.

O presidente da Frencoop, Arnaldo Jardim, considera que a criação de um fundo garantidor de investimentos, no formato de fundo de aval, vai viabilizar empréstimos com taxas de juros mais atrativas, sem a necessidade de subsídios a pessoas jurídicas de direito privado, que sejam detentoras de créditos tributários perante a União.

Deputado Arnaldo Jardim (CIDA-SP) defende a proposta no plenário da Câmara dos Deputados:



Imagem: Câmara dos Deputados.

CCJC DA CÂMARA PAUTA PROJETOS IMPORTANTES PARA O COOP

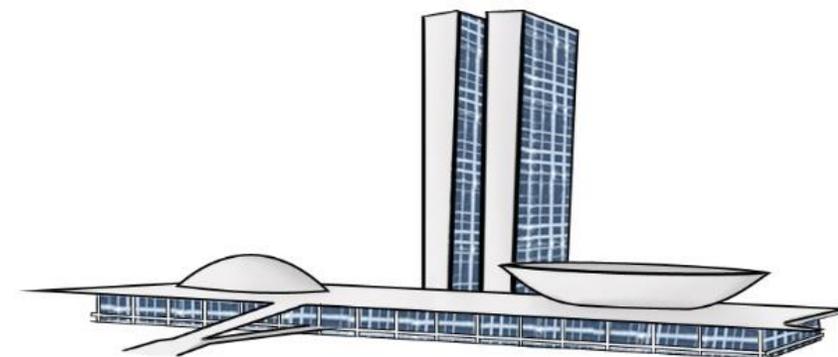
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (20/03), parecer ao PL 364/2019, que **promove alterações pontuais no Código Florestal**. A proposta busca esclarecer o enquadramento como áreas rurais consolidadas em regiões com formações vegetais não florestais, a exemplo de campos gerais e campos de altitude.

Além disso, o projeto traz maior segurança jurídica para os produtores rurais, ao explicitar que as regras de regularização ambiental do Código Florestal se aplicam em todo o país. O autor da matéria foi o deputado Alceu Moreira (RS), integrante da Diretoria da Frencoop. Não havendo recursos, a matéria segue para o Senado Federal, já que tem prerrogativa de conclusão pelas comissões.

Outra pauta importante para a cooperativa discutida na CCJC da Câmara foi o PL 10273/2028, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e adequa a incidência da **Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)**. A matéria foi pauta da CCJC na última quarta-feira, 20/03, recebendo parecer favorável do Deputado Covatti Filho (PP-RS), relator da matéria.

No entanto, a discussão do projeto foi adiada por duas sessões após pedidos de vista.

Imagem: Congresso Nacional



Fonte: Imagem Pública



GOVERNO DO ESTADO E GOVERNO FEDERAL INICIAM OPERAÇÃO SAFRA

OPERAÇÃO REFORÇA A SEGURANÇA NAS RODOVIAS PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DO CAMPO

A Secretaria de Estado da Segurança Pública lançou nesta quinta-feira (21/03) a nova fase da Operação Safra. É uma ação de fiscalização e promoção de atendimento a motoristas feita pelas forças estaduais e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). A operação também conta com o apoio das polícias Civil, Militar, Científica e Penal, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria da Saúde, Defesa Civil, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) e Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR).

O objetivo principal é observar as condições de trabalho e saúde dos motoristas e ajudantes de cargas que trabalham levando a produção do campo até o porto, além de promover orientações. A ideia é diminuir e prevenir acidentes, além de fiscalizar condições mecânicas dos veículos.

Neste mês de março, as ações serão executadas em dois pontos: São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, e Cascavel, na região Oeste. Os órgãos vão atuar de forma integrada nestes pontos. É o segundo ano que ocorre a operação. A preocupação é com os usuários e os profissionais que transportam cargas nas rodovias, conforme salientou a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

